



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 331444-1 E AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

AGRAVADO: AGROPASTORIL CANTANHEDE S.A. E OUTRO

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE RECEBE APELAÇÃO NO DUPLO EFEITO. VIOLAÇÃO AO ART. 520, V, DO CPC. RECURSO PROVIDO.

1. Não possui efeito suspensivo o recurso de Apelação interposto contra sentença que julga improcedentes Embargos à Execução, por expressa disposição de lei (art. 520, V, do CPC), ressalvadas as hipóteses previstas no art. 558 do CPC, por decisão do relator do apelo.

ACÓRDÃO

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos: em AFASTAR a preliminar de nulidade por ausência de fundamentação; em DAR PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, para o fim de subtrair o efeito suspensivo conferido à Apelação; e em JULGAR PREJUDICADO o Agravo Regimental, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

  
JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
Relator



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 331444-1 E AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

AGRAVADO: AGROPASTORIL CANTANHEDE S.A. E OUTRO

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pelo Juízo da 26ª Vara Cível de Recife que recebeu com efeito suspensivo apelação interposta por AGROPASTORIL CANTANHEDE S.A. e NADJA LANG CAUÁS, ora agravados, contra sentença que julgara improcedentes Embargos à Execução de Título Extrajudicial.

O embargado/agravante alega que a decisão seria nula, por ausência de fundamentação, e que a concessão de efeito suspensivo ao apelo dos agravados violaria expressa disposição de lei (art. 520, V, do CPC). Com base nesses argumentos, requereu a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento e, ao final, seu provimento, para anular ou reformar a decisão atacada.

Às fls. 568/571, deferi a liminar requerida, para o fim de destravar a execução na origem.

A decisão desafiou Agravo Regimental interposto pelos embargantes/agravados, que alegam que a execução conteria cobranças ilegais, e que seu andamento poderia causar-lhes danos graves e de difícil reparação (fls. 592/614).

Contrarrazões oferecidas às fls. 577/590.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife,

  
JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
Relator.

626



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 331444-1 E AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

AGRAVADO: AGROPASTORIL CANTANHEDE S.A. E OUTRO

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO PRELIMINAR

O embargado/agravante aduz que a decisão impugnada seria nula, por ausência de fundamentação.

A decisão impugnada, no que interessa, teve os seguintes termos: "Recebo o apelo de fls. 377/400 em seu duplo efeito, dê-se que atempado, realizado o preparo e evidenciado o interesse recursal" (fl. 18).

Vê-se que, embora sucinta, a decisão não ofende o art. 93, IX, da CF/88, o qual não exclui a possibilidade de manifestações judiciais concisas, mormente em casos como o dos autos, em que se tratava de simples decisão de recebimento da Apelação, em que são dispensáveis maiores digressões.

Tudo isto posto, AFASTO a preliminar de nulidade, por entender que não houve ofensa ao art. 93, IX, da CF/88.

É como voto.



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 331444-1 E AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

AGRAVADO: AGROPASTORIL CANTANHEDE S.A. E OUTRO

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO DE MÉRITO

Cinge-se a controvérsia em determinar a legalidade da decisão (fl. 18) que recebeu no duplo efeito recurso de Apelação interposto contra sentença que rejeitou Embargos do Devedor opostos pelos embargantes/agravados nos autos de ação de execução de títulos extrajudiciais (cédulas de crédito rural e comercial).

Embora os embargantes/agravados discutam a existência de cobranças abusivas - em razão de anatocismo, índice incorreto de correção monetária e cumulação indevida de juros de mora, taxa de permanência e correção monetária -, entendo que a questão a ser analisada no presente Agravo de Instrumento é estritamente processual.

Isto porque o art. 520, V, do CPC, dispõe, de forma expressa e muito clara, que a Apelação não terá efeito suspensivo quando impugnar decisão que julgar improcedentes os Embargos à Execução. Confira-se a redação do mencionado dispositivo legal:

Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

(...)

V - rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes. Destaquei.

Com efeito, quis a lei agilizar a satisfação do crédito, cuja pretensão, além do título executivo, passou a ser reforçada por decisão judicial proferida mediante cognição exauriente.

628



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça

---

Vale registrar que, após a reforma introduzida pela Lei nº 11.382/06, a própria oposição dos embargos não suspende, em regra, o andamento da execução, de modo que, afastados os argumentos do devedor por sentença, não seria lógico entender que a execução devesse ser obstada pela simples interposição do recurso.

Não se ignora que, nas situações excepcionais previstas no art. 558 do CPC, o recurso de Apelação legalmente desprovido do efeito suspensivo pode receber o atributo da suspensividade, mas por decisão do seu relator, conforme disposição daquele mesmo dispositivo legal.

Dessa forma, em que pesem as alegações formuladas pelos embargantes/agravados, a atribuição do efeito suspensivo, assim como não poderia ser legalmente implantada pelo Juiz *a quo*, tampouco poderia decorrer do presente Agravo de Instrumento, cujos efeitos não podem extrapolar o âmbito da decisão agravada.

Tudo isto posto, DOU PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, para o fim de subtrair o efeito suspensivo conferido à Apelação, e JULGO PREJUDICADO o Agravo Regimental.

É como voto.